

**Discurso proferido na sessão de 23 de maio de 1978,
publicado no DCN de 24 de maio de 1978, p. 1000-1002.**

O SR. ANTONIO DOS SANTOS RAMALHO EANES – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, também eu, tal como Antonio José de Almeida em 20 de setembro de 1922, no decorrer da visita que consagrou a reconciliação, senti desejo de responder ao calor e carinho com que me envolveram nesta Casa dizendo simplesmente “muito obrigado”.

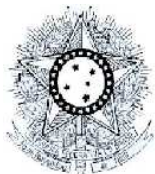
Mas, tal como ele, cumpro a vontade do povo que aqui me enviou, celebrando a grandeza deste portentoso País, tão uno e tão vário, tão imenso e tão próximo – este Brasil que faz sentir a cada português a intimidade da sua própria casa.

Desta cidade de Brasília, compromisso existencial entre o presente e o futuro que define a realidade singular desta terra, e nos Senadores e Deputados saúdo, pois, todos os brasileiros que, desde a floresta amazônica ao extremo sul, desde o Atlântico aos Andes, trabalhando nas cidades e nos campos, abrindo novas estradas, lançando novos empreendimentos, estudando e aplicando novas técnicas, erguem nos trópicos a primeira grande civilização do hemisfério sul.

Que maior orgulho para nós, portugueses, que o de saber que esta civilização tem raízes no velho Portugal! Que maior orgulho para nós, portugueses, do que experimentar ao vivo que os traços essenciais definidores desta civilização são os mesmos que exprimem a alma do nosso povo!

O afeto, a lealdade e a concórdia, que entre os nossos 2 países nunca foram significativamente diminuídos, radicam, em última análise, na concepção cristã do homem, da vida e do universo que presidiu à descoberta, ao povoamento, e à formação da nacionalidade e da unidade do Brasil.

Pátria das mais antigas da Europa, Portugal levou a sua mensagem a todos os continentes e a todos os mares, numa epopéia sem par, apesar da escassez de população e recursos. Em África, na Ásia e na Oceania também deixamos a nossa presença, muito do nosso sangue, muito do nosso espírito, ao longo de 5 séculos de viagens; de missão, de comércio, de abertura de escolas, de organização de estruturas políticas. A nós se ficou devendo o primeiro diálogo entre o Ocidente e o Oriente.



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Estrangeira

Hoje, este esforço imperial chegou ao fim. Cinco novas nações, que falam igualmente a língua comum de portugueses e brasileiros, assumiram a soberania a que tinham direito. Infelizmente os governantes anteriores a 1974 não tiveram a mesma lucidez histórica de D. João VI e D. Pedro, mas caminhamos agora para o estabelecimento de laços mais fortes de amizade e cooperação.

Numa visão serena que rejeite o paternalismo descabido e o lirismo passadista e que atente nos interesses profundos dos 150 milhões de homens que utilizam o idioma de Camões, importa definir as relações entre Portugal, o Brasil e os novos Estados africanos, num quadro mais amplo de entendimento, de reciprocidade de vantagens e de contribuição para a paz, para além da legítima integração de cada um dos respectivos continentes e da diversidade circunstancial de regimes políticos.

Não acalentamos, nem poderíamos acalentar, sonhos de domínio neocolonialista. Mas apelamos para uma comunidade de povos em que a valorização da língua portuguesa como grande língua universal deverá ser simultaneamente um fator de coesão nacional e um instrumento privilegiado de acesso às grandes instâncias de decisão política e econômica a nível mundial.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

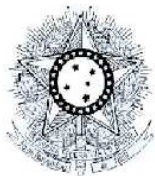
Portugal viveu nos últimos anos abalos estruturais e transformações profundas, que algumas vezes se aproximaram da ruptura. Em 1974 caiu o regime que por largo tempo conduziu o país ao isolamento: incapaz de compreender o sentido dos tempos, caiu sem luta e sem grandeza, vencido pelos problemas para que não quisera ou não pudera encontrar soluções.

Os portugueses experimentaram então momentos de exaltação e de esperanças, que transformaram a intervenção militar inicial em movimento popular de adesão aos seus ideais e às suas promessas.

Cedo, porém, esses ideais e essas promessas foram adulterados e o clima de reconciliação transformado em movimento comandado ao serviço de projetos que o povo português não escolhera.

A consciência nacional reagiu e foi repostado o processo inicial de dotar o país das instituições correspondentes aos princípios de uma democracia representativa avançada e de um autêntico pluralismo ideológico.

Temos a exata noção de que em Portugal se jogava uma estratégia cuja proteção nos transcendia e de que sofreremos, com grandes custos para o nosso povo, efeitos de



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Estrangeira

confrontos de que não éramos parte.

Não falta em Portugal e fora dele quem procure nesse período a absolvição de um passado de estagnação, tentando esconder nos estigmas epidérmicos a profundidade das doenças sem remédio.

É porém certo que o acumular dos efeitos negativos da velha ditadura e da tentativa totalitária recente conduziu Portugal a uma situação econômica e financeira débil, no contexto de um espaço econômico a braços com uma crise sem paralelo desde os anos 30 e que no nosso país foi potenciada pelo regresso de centenas de milhares de refugiados de África.

Tão larga soma de problemas não desfaleceu a coragem e a determinação do povo português, que se sente parte do Ocidente e optou sem equívocos por um modelo de organização política que é o da democracia pluralista e representativa.

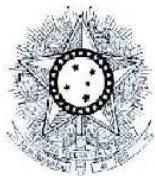
Depois de um período em que pareceram triunfar movimentos de rua ou minorias vanguardistas, conseguimos elaborar e aprovar uma nova Constituição, que consagra na ordem política o primado do direito e da vontade democrática dos cidadãos.

Mais ainda: a Constituição de 1976 encara os direitos fundamentais à luz dos critérios de interpretação da Declaração Universal dos Direitos do Homem – guia e inspiração de luta por estes direitos no mundo desde há precisamente 30 anos. E com isso afirma que os direitos e liberdades não são criados pelo Estado, mas sim por ele reconhecidos, por terem o seu fundamento na consciência dos homens e dos povos. (*Palmas.*)

A tarefa essencial do meu mandato é consolidar o Estado democrático, baseado na liberdade, no pluralismo e na separação de poderes, alargando cada vez mais os espaços de reconciliação nacional após tantos anos de intolerância e divisões.

Não há em Portugal presos políticos e desejaríamos que nenhum exilado por motivos políticos deixasse de regressar se assim quiser. (*Palmas.*) Dizemo-lo por coerência com o nosso próprio ideário e pela generosidade que é timbre da democracia. Não é uma atitude de fraqueza, mas de força: força das nossas convicções e força do Estado democrático, que não teme nem os vencidos de ontem nem os adversários de hoje. A lei é igual para todos os portugueses e todos respondem igualmente perante a lei pelos seus atos.

Por outro lado, se persistem algumas poucas seqüelas do modelo coletivista da organização econômica e política que se pretendeu impor ao país, está, porém,



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Estrangeira

claramente acolhido o papel relevante da iniciativa privada na recuperação econômica e financeira do país e encontram-se definidas as regras de cooperação com o estrangeiro em matéria de investimento.

Pensamos que, tal como no domínio da organização política, a separação de poderes, também no domínio da organização econômica, a distinção e a clara delimitação de setores de iniciativa pública, cooperativa e privada, constituem garantia de liberdade e instrumento de progresso.

Estão criadas em Portugal as condições para a recuperação econômica em que assenta a consolidação da democracia. Tudo depende agora do esforço dos portugueses e da cooperação dos países amigos.

A presença portuguesa nestas terras prova que o esforço dos portugueses é possível e eficaz. O afeto em que nos sentimos envolvidos no Brasil é um exemplo da amizade que torna fácil e fecunda a cooperação entre as nações.

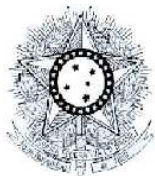
Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

A matriz europeia que presidiu ao relacionamento dos portugueses agudizou a sua capacidade natural de compreenderem e se identificarem com homens em estágio diverso de desenvolvimento. Somos, por isso, particularmente sensíveis aos esforços do Brasil para alterar qualitativamente as relações econômicas entre os países desenvolvidos e os de menores recursos tecnológicos. Apoiamos igualmente o desarmamento das proteções existentes no mercado internacional, fortemente limitativas dos países de menores recursos.

Portugal fez a opção decisiva de promover e consolidar alterações estruturais na sua economia com vista à integração no Mercado Comum Europeu, mas está consciente das vantagens de intensificar a sua presença noutros espaços, por forma a promover entre eles as aproximações necessárias à melhor utilização dos recursos e da capacidade produtiva instalada.

Creemos sinceramente que só pela via da concertação e do diálogo entre países em desenvolvimento se poderá apressar a construção de uma nova ordem econômica, mais equitativa e mais orientada para as exigências de progresso e bem-estar – que são um pressuposto da paz entre as nações.

São conhecidas as teses que vimos defendendo sobre o desarmamento e o desanuviamiento. Decerto, cada vez é menos compreensível o desvio de recursos que o desenvolvimento reclama para esbater as diferenças sociais entre homens e entre povos,



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Estrangeira

a quem os meios de comunicação à escala planetária agudizaram a consciência do desfavor. Temos, porém, a noção exata de que esses princípios não poderão servir apenas para manter outros povos indefesos contra decisões que poderão implicar a sua ruína ou a sua destruição. Juntaremos os nossos propósitos aos de quantos sinceramente se empenharem num movimento global capaz de afastar duradouramente as ameaças de confronto que pesam cada vez mais sobre a humanidade.

Consideramos que não são unívocas as concepções que presidem às relações do homem com o Estado e que não é universal o entendimento que os países ocidentais professam da democracia. Preocupa-nos, por isso, a confusão que se cultiva entre concepções dogmáticas e concepções abertas e a passividade com que se aceita o julgamento das formas de organização política e social que constituem o nosso patrimônio, à luz de sistemas de valores cujas práticas foram clara e repetidamente repudiadas pela consciência dos nossos povos. Somos partidários e somos obreiros da aproximação entre os povos, mas recusamos a utilização desses ideais como estratégia de disputa de áreas de influência ou zonas de domínio.

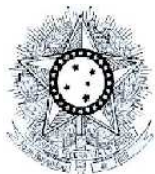
Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Em nações como as nossas pesam tanto as exigências da história como os desafios do futuro. Por isso, cada geração que assume a condução dos destinos coletivos enfrenta a obrigação de dar ao curso da vida um novo contributo.

Não obstante a profundidade do nosso entendimento e a intensidade da comunicação afetiva e cultural que ligam os nossos povos, é forçoso reconhecer que não temos encontrado os mecanismos que traduzam nas realidades do nosso tempo a singularidade da nossa relação. Dir-se-ia que no limiar do século XXI nos entendemos na linguagem dos nossos avós.

No entanto abrem-se à cooperação no quadro bilateral e no âmbito multilateral perspectivas fecundas de cooperação científica, tecnológica, industrial, financeira e comercial que desafiam o nosso engenho e põem à prova a nossa imaginação. Este é porventura o contributo que de nós esperam, em nome das gerações que nos precederam, as gerações que nos hão de continuar.

No campo cultural havemos também de reconhecer a necessidade de dar arejamento a uma permuta que não tem ultrapassado visões parcelares e formas obsoletas. A não se introduzirem alterações de fundo neste domínio, corremos o risco de transformar em imagem mítica uma realidade profundamente arraigada na alma de



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Estrangeira

brasileiros e portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Em nome de Portugal renovado no quadro da fidelidade aos valores de sempre, vim animado do propósito de procurar um novo impulso e uma nova dimensão para as relações entre o Brasil e Portugal, no quadro das transformações em que estamos empenhados para corresponder aos desígnios dos nossos povos.

Esta sessão solene, com que esta nobre instância do poder quis distinguir na minha pessoa o povo português, representa uma honra, constitui-me numa obrigação e significa um estímulo.

A honra agradeço-a; a obrigação aceito-a; o estímulo compreendo-o.

Possam aqueles que hão de receber das nossas mãos os países que soubermos construir e o entendimento que soubermos fecundar, dizer de nós, acerca deste tempo, que não desmerecemos os 5 séculos de história que nos unem e nos separam. (*Palmas prolongadas.*)